

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA

ANDREA CRISTINA LANGUE MYSCZAK

**EMPODERAMENTO FEMININO NO ROMANCE SENHORA DE JOSÉ  
DE ALENCAR**

CURITIBA  
2018

ANDREA CRISTINA LANGUE MYSCZAK

**EMPODERAMENTO FEMININO NO ROMANCE SENHORA DE JOSÉ  
DE ALENCAR**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de especialista do Curso de Especialização em Língua Portuguesa e Literatura do Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação da Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR).

Orientador: Prof. Dr. Wellington Teixeira Lisboa.

CURITIBA  
2018

ANDREA CRISTINA LANGUE MYSCZAK

EMPODERAMENTO FEMININO NO ROMANCE SENHORA DE JOSÉ DE  
ALENCAR

Esta monografia foi julgada e aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista do curso de Especialização em Língua Portuguesa e Literatura do Departamento de Linguagem e Comunicação (DALIC) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Curitiba, 12 de outubro de 2018.

---

Prof. Dr. Wellington Teixeira Lisboa - UTFPR  
Orientador

---

Prof. Dr. Marcelo Fernando de Lima – UTFPR  
Avaliador

---

Profa. Dra. Maurini de Souza – UTFPR  
Avaliadora

A folha de aprovação assinada encontra-se na Coordenação do Curso.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao tempo, quando o tinha desdenhei. Quando estava exato, tive contratempos. Quando perdi o prazo é que compreendi a importância de ter tempo, de ser tempo, de respeitar o tempo.

Aos meus três amores Geraldo, Thamiris e Samantha, por compreenderem minha falta de tempo a eles e me apoiarem no tempo dedicado aos estudos.

Ao professor doutor Wellington Teixeira Lisboa, meu orientador, pela grande sabedoria compartilhada e por todas as explicações metodológicas.

À professora doutora Ana Paula Pinheiro da Silveira que na parte mais difícil da caminhada, apoiou-me e esteve presente, fazendo com que a canção “Ninguém Tira o Trono de Estudar” - Dani Black, trouxesse a mensagem de coragem para minha vida naquele momento.

Ao professor doutor Zama Caixeta Nascentes que nos segredou em uma de suas aulas que cada estudante tem seu tempo!

Ao professor doutor Marcelo Fernando Lima, pela paciência e compreensão.

E, sobretudo, ao Senhor do Tempo – DEUS!

Quando em perfeito equilíbrio, o animus atua como auxiliar, companheiro, amante, irmão, pai, rei. Isso não quer dizer que o animus seja rei da psique da mulher, como poderia sustentar um ponto de vista patriarcal doentio. Quer dizer, sim, que existe um aspecto majestoso na psique da mulher, o de um rei que serve com carinho à natureza selvagem, que deve trabalhar para defender a mulher e seu bem-estar, governando o que ela lhe designar, reinando sobre os territórios psíquicos que ela lhe conceder. (ESTÉS, Clarissa P, 1994)

## RESUMO

Mysczak, Andrea Cristina Langué. Empoderamento Feminino no romance Senhora de José de Alencar. 2018. 25 f. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa e Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Comunicação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Curitiba. 2018.

Esta pesquisa bibliográfica faz uma análise literária a partir da leitura do romance Senhora de José de Alencar, sob a ótica do Empoderamento Feminino na metade do século XIX e no discurso feminino na visão masculina do autor (voz masculina), bem como a crítica à sociedade brasileira de época que utilizava o dote nupcial como forma de obtenção de casamento vantajoso. Para tal intento, tem como embasamento teórico os tipos de discursos existentes no autor, através da obra de Mikhail Bakhtin. Também examina aspectos sociais e culturais da mulher no contexto histórico da época em que a obra foi escrita e publicada e relaciona a importância da obra, impar, para o tema do empoderamento e emancipação feminina. Assim a obra de José de Alencar é apresentada à sociedade de época, principalmente à sociedade fluminense e paulista como um romance aparente, porém levantando uma bandeira inédita até então, oriunda de um escritor já consagrado e muito lido. A voz do autor que aponta uma crítica mordaz e liberta o eu feminino de uma das tantas amarras existentes – a de que a mulher pode e deve tomar para si seu próprio destino. O papel da mulher perante à sociedade ainda com resquícios patriarcal é repaginado, tornando-se totalmente inovador, inusitado para uma obra romântica do final do século XIX. Primeiramente, é abordado aspectos da vida do autor José de Alencar, o contexto histórico em que a obra é publicada, a origem e aspectos do dote como forma de negociação matrimonial, o papel que a mulher representava nas diversas classes sociais a que pertencia e a situação atual da mulher brasileira. Na análise da obra e dos temas pertinentes, já citados, são relevantes os seguintes aspectos: a sensibilidade do autor para a problemática do dote/casamento; a apropriação de um discurso feminino de empoderamento mesmo na autoria masculina e a possibilidade da emancipação feminina mesmo em um contexto romântico em que a mulher personifica uma idealização e não a realidade vivenciada. Justamente por ser uma análise de temática social e que ainda está sendo construída, reconhecida e valorizada, não pretende-se com a presente análise esgotar todos os critérios pertinentes ao tema.

**Palavras-chave:** Mulher. Dote. Casamento. Empoderamento. Emancipação feminina.

## ABSTRACT

Mysczak, Andrea Cristina Langué. Female Empowerment in Novel *Senhora* by José de Alencar. 2018. Monografia. (Especialização em Língua Portuguesa e Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Comunicação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Curitiba. 2018.

This bibliographical research makes a literary analysis from the reading of the novel *Senhora* de José de Alencar, from the perspective of the Feminine Empowerment in the middle of the nineteenth century and in the feminine discourse in the masculine vision of the author (masculine voice), as well as the criticism of Brazilian society at the time that used the bridal dowry as a way to obtain advantageous marriage. For such an attempt, it has as theoretical base the types of discourses existing in the author, through the work of Mikhail Bakhtin. It also examines the social and cultural aspects of women in the historical context of the time the work was written and published and relates the importance of the odd work to the theme of empowerment and feminine emancipation. Thus the work of José de Alencar is presented to the society of the time, mainly to the society of São Paulo and Rio de Janeiro as an apparent novel, but raising an unpublished flag until then, coming from a writer already consecrated and much read. criticism and liberates the feminine self from one of the many existing moorings - that a woman can and should take her own destiny for herself. The role of women before society still with patriarchal remnants is repaginated, becoming totally innovative, unusual for a romantic work of the late nineteenth century. Firstly, aspects of the life of the author José de Alencar, the historical context in which the work is published, the origin and aspects of the dowry as a form of marriage negotiation, the role that the woman represented in the different social classes to which she belonged and the current situation of Brazilian women. In the analysis of the work and relevant themes, already mentioned, the following aspects are relevant: the author's sensitivity to the dowry / marriage problem; the appropriation of a feminine discourse of empowerment even in masculine authorship and the possibility of feminine emancipation even in a romantic context in which the woman personifies an idealization and not the lived reality. Precisely because it is an analysis of the social theme and that is still being constructed, recognized and valued, it is not intended to exhaust all the criteria relevant to the topic.

**Keywords:** Woman. Dowry. Marriage. Empowerment. Female Emancipation.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. JOSÉ DE ALENCAR: VIDA E OBRA SENHORA.....	10
3. SOCIEDADE BRASILEIRA DO SÉCULO XIX.....	12
3.1 A PRÁTICA DO DOTE .....	14
3.2 A MULHER BRASILEIRA ATÉ O SÉCULO XIX.....	17
3.3 A MULHER CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA.....	20
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS.....	24

## 1. INTRODUÇÃO

A obra *Senhora* (1875), bem como *Lucíola* (1862) e *Diva* (1864), formam a trilogia *Perfil de Mulher*, demonstrando a vanguarda da temática, que embora pertencendo ao Romantismo Brasileiro (3ª geração), apresenta ao leitor, surpreendentes conceitos sobre empoderamento feminino, emancipação, vida agitada e noturna, tino comercial, inteligência apurada, estratégias, todos atributos considerados, na época, e ainda hoje, ao universo masculino.

“És a formosura em pessoa e sabes mais do que muitos homens que estudaram nas academias.”

“Trata-se do meu casamento. Quero casar-me com Fernando Rodrigues Seixas.”

“Come com sobriedade, mas come. E contrário aos seus hábitos, hoje bebe vinhos e pede temperos fortes.” (ALENCAR, 1875 -trechos)

O termo empoderamento feminino virou moda, principalmente a partir da publicidade, porém em seu uso adequado tem origem em um neologismo criado pelo educador Paulo Freire e, atualmente, significa de forma simplificada o ato de conceder o poder de participação social às mulheres, garantindo-lhes ciência sobre seus direitos e total igualdade entre os gêneros, autoafirmação na sociedade, política e economia.

As relações humanas são predominantemente conflituosas e se apresentam em formas dinâmicas, vivenciadas também como reflexos de comportamentos, pensamentos, crenças e valores enraizados nas culturas, por isso mesmo registradas em gêneros diversos, dentre os quais os mais apreciados são: romances, contos e novelas. Nestes gêneros, em especial, na obra *Senhora*, pode-se colher regras de sociedade e convivência, determinados conceitos, práticas inusitadas efetuadas em ações descritas e estabelecidas para um personagem feminino, porém na voz (discurso masculino) do autor. José de Alencar nos apresenta a obra assim:

Há anos raiou no céu fluminense uma nova estrela. Desde o momento de sua ascensão ninguém lhe disputou o cetro; foi proclamada a rainha dos salões.

Tornou-se a deusa dos bailes; a musa dos poetas e o ídolo dos noivos em disponibilidade. Era rica e formosa. [...] Tinha ela dezoito anos quando apareceu a primeira vez na sociedade. Não a conheciam; e logo buscaram todos com avidez informações acerca da grande novidade do dia. [...] Dizia-se muita coisa que não repetirei agora, pois a seu tempo saberemos a verdade, sem os comentários malévolos de que usam vesti-la os noveleiros. (ALENCAR. SENHORA.1875 - trechos).

Mistura de mistério e glória, envolvem a personalidade de Aurélia Camargo, moça de origem simples, que após ser desprezada e trocada por seu noivo Fernando Seixas, por causa de status e dinheiro, na forma de um dote melhor, descobre-se riquíssima ao receber uma herança de seu avô paterno.

Aurélia, então, planeja não uma vingança, como explica o autor, mas sim, uma provação ao seu ex-noivo e o “compra” como marido, como simples mercadoria a ser barganhada, aliás, por apenas dez por cento do valor de toda fortuna herdada por ela. Inicia-se não somente uma trama romântica, mas sim, uma trama onde o papel da mulher perante à sociedade de época é totalmente inovador, questionável e o autor aproveita para apresentar uma crítica mordaz aos costumes patriarcais e machistas de sua época, levando também à reflexão sobre o casamento, nas classes mais abastadas, ter tornado um contrato de negócios e não uma união por afinidade sentimental.

## 2. JOSÉ DE ALENCAR: VIDA E OBRA SENHORA

José Martiniano de Alencar (1829-1877), advogado, político, crítico, dramaturgo e romancista brasileiro. Foi fundador do romance de temática nacional, e, embora suas obras estejam classificadas como pertencentes à primeira fase do Romantismo, apresentam também características do Realismo, por apresentarem críticas à sociedade e costumes de sua época. De família fidalga, formou-se em Direito e iniciou a carreira literária no Correio Mercantil e no Diário do Rio de Janeiro. Acompanhou na mocidade a seu pai, senador e governador do Ceará, envolvendo-se na política e mais tarde tornando-se também político. Aos 11 anos, passou a morar com a família na cidade do Rio de Janeiro. Fundou a revista literária Ensaio Literário em 1846. Seu primeiro romance Cinco Minutos foi publicado em 1856, primeiro em folhetim (capítulos fragmentados impresso em jornal) e apenas 1 ano depois, ficou famoso com a publicação de O Guarani, inaugurando a fase indianista de sua obra. Faleceu de tuberculose aos 48 anos.

A obra Senhora, pertence à fase urbana do escritor, na qual retrata os costumes da sociedade fluminense do século XIX. Senhora foi publicado em folhetim em 1874 e pertence à trilogia intitulada pelos estudiosos como Perfil de Mulher (Senhora, Lucíola e Diva), demonstrando sua preocupação social com o papel da mulher de sua época. Escreveu o romance Senhora em um contexto político e social no qual a mulher não participava, com raras exceções, da vida ativa da sociedade brasileira. A mulher era educada para ser uma excelente administradora do lar, com prendas domésticas, etiquetas sociais e instrumentalização musical (isso nas classes mais abastadas). Para a esmagadora maioria, a mulher constituía-se de um problema que seria, com muita sorte repassado a um consorte que esta não tinha o direito de escolher e muito menos opinar na escolha. Encontram-se personagens mulheres emancipadas em algumas outras obras, estrangeiras e contemporâneas de Alencar, como em O Morro dos Ventos Uivantes (escrito aliás por uma mulher), porém cujas protagonistas estão, embora revoltadas, ainda muito dependentes de outros para a realização de seus destinos; ou acabam submissas ou mortas, como no caso citado. Ter uma protagonista, senhora de suas ações – com permissão para o trocadilho – planejando suas estratégias, dirigindo sua vida, fazendo escolhas,

negociando e gestando essas escolhas é um caso a ser analisado muitas e muitas vezes. Embora o enredo do romance em questão acabe com a submissão desta mulher emancipada ao marido por livre e espontânea vontade, o que não tira em absoluto as características inovadoras, justamente por se tratar do gênero romance e do ano 1875. A problemática recai em outras questões: na análise da obra ser emancipadora para a grande maioria de leitoras românticas ávidas por folhetins açucarados e no discurso do autor que dá voz a essa heroína.

Para Bakhtin a alteridade é a condição da identidade: os outros constituem dialogicamente o eu que se transforma dialogicamente num outro de novos eus.[...] (FARACO. 2007.pag.106)

Na inversão dos papéis sociais destinados ao homem e à mulher da classe social média alta e nos recortes narrativos, o autor vai, aos poucos, revelando ao leitor (feminino, em sua grande maioria), um personagem que rompe com a predestinação da condição de ser mulher para mostrar em Aurélia, tanto jovem pobre, quanto emancipada, rica e poderosa, que a inteligência, educação e leitura auxiliam a desenvolver um pensamento questionador, levando o leitor mais atento a acompanhar as decisões tomadas pelo personagem feminino, analisar os fatos polêmicos e libertar toda mulher de sua condição de mera expectadora de sua história para aquela que com astúcia, inteligência, tino comercial, apurada análise dos fatos vivenciados constrói seu destino, através de suas escolhas e de sua vontade acima de tudo.

### 3. A SOCIEDADE BRASILEIRA DO SÉCULO XIX

Enquanto a cidade de São Paulo representava o crescente desenvolvimento agrário e burguês, a cidade do Rio de Janeiro era a capital do Brasil e concentrava grande representação política e administrativa. Cidade portuária, efervescente e miscigenada. Era já no século XIX, moderna, populosa, burguesa, aristocrática, bem aos moldes parisienses. No comércio havia desde vendedores ambulantes até refinadas confeitarias e luxuosas lojas de modistas e alfaiataria de alta costura. Os caixeiros, bem como a grande maioria das pessoas denominadas cultas falavam o idioma francês como segunda língua. As damas podiam desfiilar seus modelitos pela Rua do Ouvidor. A população estimava-se em mais de 522 mil habitantes, fazendo com que, como ainda hoje, houvesse duas cidades antagônicas – a rica e elegante, cujos pezinhos femininos e casaidouros frequentavam as livrarias e teatro e a pobre que vivenciava diariamente o desemprego, a miséria, a violência crescente, condições precárias de higiene e consequente falta de saúde. É nesta época que há o surgimento da separação regional da cidade, ficando os ricos e mais bem abastados com a zona sul e os menos favorecidos, amontoando-se nos cortiços (habitações coletivas de madeira) e iniciando também a ocupação das favelas na zona norte, tendo por proprietários e senhorios, burgueses e comerciantes prósperos, bem como políticos e até nobres, tais como o Conde D'Eu, esposo da princesa Isabel, que era o proprietário de um dos maiores cortiços da época, denominado pelos populares de Cabeça de Porco.

São Paulo não era muito diferente, grandes proprietários de terras, passavam a viver na capital do estado, construindo seus palacetes. Também se consolida em meados do século XIX, a figura do comerciante, indicando grande acumulação de capital em uma parcela menor da população. Na São Paulo que queria “branquear” suas famílias mestiças, grande maioria descendente de aventureiros e bandeirantes que fizeram muitos casamentos mestiços (sangue indígena), o dote surge como moeda de troca, conquistando alianças matrimoniais com estrangeiros, e “nobres” portugueses.

---

<sup>1</sup> Cabeça de Porco citado no almanaque SAGA- A grande História do Brasil. São

Paulo: Abril, 1971.v4. p.128-129.

Em ambas as cidades, a crescente intervenção do Estado na propriedade e na cobrança de impostos, passou também a criar leis que regulamentavam a vida civil, modificando aspectos importantes na sociedade, o que refletiu, sobretudo, a partir das décadas finais do século XIX com a diminuição da exigência do dote como única forma de acesso a alianças vantajosas para constituir casamento, como informa a pesquisadora norte-americana Muriel Nazzari (1991), desde o início do século XVI, a sociedade brasileira era desigual, destacando que à mudança do poder patriarcal para o poder do Estado, propiciou não só a diminuição da prática do dote como valorizou a posse do capital e da empresa, fazendo com que os homens tornassem menos dependentes dos pais e começassem a fazer pequenas fortunas com comércios, apresentando uma nova forma de monopólio do poder, que aos poucos, dificultou ainda mais o empoderamento feminino, nas décadas seguintes. (1991, p.86).

### 3.1. A PRÁTICA DO DOTE

No Brasil dos séculos XVI e XVII não havia regulamentação do Estado, quase não havia sociedades formais, sendo a família, constituída por toda sua parentela de mesmo sobrenome quem regia as normas que todos obedeciam, na figura de um patriarca, este representado por sua esposa, quando ausente ou falecido. A empresa era a família e o tamanho de suas riquezas dependia de alianças matrimoniais bem sucedidas, então aparece o Dote e sua importância para a constituição do aumento da herança e do valor agregado a esta. O Dote constituía-se de bens que a noiva levava consigo ao casar-se. Foi um costume trazido de Portugal e, que, em terras brasileiras até o século XIX, constituía única forma de obtenção de um casamento vantajoso entre as famílias interessadas. Os homens eram estimulados a reconhecer que o dote dado às suas irmãs era extremamente necessário e, que eles mesmos seriam favorecidos quando se casassem porque suas futuras esposas também apresentariam um dote quando estes contraíssem matrimônio. A única maneira de um filho homem receber um dote era se viesse a seguir carreira no sacerdócio. Já as filhas mulheres tinham o dote organizado ainda quando crianças, sendo muito comum receberem de presente de aniversário, objetos e bens que seriam agregados ao dote, o que explica porque até o século XVIII todas as moças de famílias abastadas contraíssem casamento, com exceção de poucas, geralmente as mais novas, que ficavam solteiras para cuidar dos progenitores.

A prática do dote, de certa maneira, valorizava a figura feminina, pois esta era “preciosa” aos pais e fonte de agregar materialidades à família. Assim era muito comum que até o século XVII o sobrenome dado aos filhos fosse o da mulher, porém o destaque para regulamentar, escolher as aplicações e gerenciar o dote pertencia ao homem, somente sendo a mulher a gerenciar a família, caso o esposo viesse a falecer. No entanto:

as esposas sabiam que eram co-proprietárias dos bens de consumo e sentiam-se como parte, tanto no dar como no receber, embora o genro recebesse oficialmente a propriedade como chefe da família e como administrador legal dos bens que o casal possuía em comum, e o pai concedesse oficialmente o dote como chefe da família. (NAZZARI. 1991. Pag.61)

É importante também destacar que quanto maior fosse o dote apresentado, maior posição de expressar opinião no casamento a mulher teria. E para o patriarca, a sensação é que não estaria perdendo uma filha e seus bens, mas sim, ganhava um genro e sua produção de trabalho, por isso era comum que o novo casal passasse a residir próximo aos pais da noiva. Com o advento do comércio e desenvolvimento das grandes cidades, conseqüentemente ocorreu o enfraquecimento das famílias produtoras e proprietárias de terras e os filhos homens buscassem aventurar-se em novos empreendimentos e deixassem de obedecer ao comando do patriarca familiar, fragmentando cada vez mais o “clã” familiar e de extensa parentela. Nesta época, o Estado começou a dividir o poder com a Igreja e militares passaram a ter voz ativa também na sociedade, fazendo com que novas oportunidades de carreiras se abrissem para os filhos e estes passassem a buscar constituir suas riquezas sem que precisassem sujeitar-se ao doto do casamento e cada vez mais famílias deixavam de guardar dote para as filhas.

As mulheres dos séculos XVIII e início do século XIX, filhas de proprietários de terras continuavam casando-se, em quase totalidade, porém as filhas das classes menos favorecidas, apenas se “amasiavam”, levando o governador Souza da então comarca de São Paulo a preocupar-se que as mulheres já não se casavam oficialmente na igreja como antes:

O governador criticava o sistema de casamento, e sua crítica permite ver o sistema com clareza: na São Paulo de meados do século XVIII, o casamento era para os que possuíam bens, não para os pobres. (NAZZARI.1991.Pag.134)

Com o enfraquecimento constante do uso do dote, a mulher perdeu cada vez mais a participação no gerenciamento do patrimônio familiar e também perdeu os direitos ao estudo formal, passando o pai a preocupar-se em gastar mais com a educação dos filhos homens em detrimento às filhas. Foi uma lei aprovada em Portugal (meados do século XVIII) que fez com que o dote fosse oficialmente criticado pela primeira vez. Mais de um século depois, novas críticas, de mulheres brasileiras, dentre estas, destaque para Francisca Senhoria da Motta Diniz, que publicou em 1873, um artigo se posicionando contra o uso do dote, também o escritor José de Alencar com o romance Senhora levou a sociedade a refletir sobre o papel da mulher e do homem no casamento “negociado”. Mesmo assim a prática do dote foi estendida até o início do século XX e mencionada no Código Civil de 1917. A

maior consequência do enfraquecimento do dote para a mulher das classes sociais mais abastadas foi que o marido passou a ser o único responsável pela manutenção de bens da família e às mulheres foi relegado o papel de administradora da vida doméstica, em benefício do esposo. Já nas classes sociais menos favorecidas, na qual não havia casamento formal, a mulher passou a ser responsável pela manutenção da casa e sustento dos filhos sem o apoio de sua família de origem e sem o acompanhamento de um companheiro.

### 3.2 A MULHER BRASILEIRA ATÉ O SÉCULO XIX

No início da sociedade brasileira, as esposas representavam seus maridos em diversas transações, embora só representasse seu marido com totalidade quando este viesse a falecer. Era comum a prática do dote em famílias abastadas, os pais sentiam orgulho em ofertar o dote, e o gênero não era o que importava no início das famílias, mas sim a posição social ocupada dentro do clã familiar. A mulher participava economicamente (através do dote) e estava presente quando seu esposo fazia grandes anúncios à família, na qual era a filha era protegida e amparada, pois era considerada o “tesouro” dos pais.

Uma vez que o dote da noiva, na São Paulo do século XVII, era em geral maior do que os bens que o noivo trazia para o casamento, o pacto matrimonial pesava mais a favor da esposa e de sua família de origem. (NAZZARI.1991.pag.82).

Ainda nas famílias ricas as mulheres precisavam ser alfabetizadas, recebiam também instrução para prendas domésticas, não faziam serviços domésticos, mas precisavam educar os filhos e supervisionar os serviços de escravos que trabalhavam na casa.

Portanto, a tendência das mulheres da elite a se instruírem, o que se intensificaria no século XIX, foi em parte uma reação ao enfraquecimento do poder (e proteção) do patriarca e da família extensa sobre a geração mais nova. Ao mesmo tempo, educar as mulheres da elite outorgava-lhes poder individualmente, contribuindo assim para o crescimento do individualismo no século XIX e para o maior enfraquecimento do poder patriarcal. (NAZZARI.1991.pag.91-92).

Durante o século XIX, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, a consolidação do Capitalismo, propiciou o desenvolvimento da vida burguesa e novas maneiras de convivência social, porém havia entre as famílias ricas muitas pessoas sem ter o que fazer, a ponto de o trabalho braçal ser considerado inferior, demonstrando o retrato de uma sociedade baseada na exploração agrária e na escravidão. Com o advento da burguesia, declínio do patriarcado e crescente empoderamento do gênero masculino, ninguém sabia o que ocorria no ambiente mais íntimo das residências, e quando o sabiam, não se manifestavam, e a mulher passou a ser cada vez mais uma propriedade do marido que dispunha dela como

bem o entendesse. Ao contrário do que pudesse ocorrer no recanto íntimo do casal, era costume abrir-se a casa para o convívio social, convívio com outras famílias abastadas, demonstrando o luxo dos saraus, e a mulher passa a exercer o papel de “cartão de visitas” do bem-estar e poder social do marido. Para tanto precisava estar sempre bem vestida e sua beleza era enaltecida, fazendo com que os maridos de certa forma, fossem dependentes da figura que suas esposas passaria à sociedade. Era comum nesses saraus que a esposa tocasse piano e lesse trechos de poesias e romances, fazendo com que a leitura de obras românticas caísse no gosto feminino da época, porém os livros que podiam ser lidos eram frequentemente autorizados ou escolhidos pelo pai, marido ou pessoa de confiança destes.

O que a literatura do período informa é que a mulher das classes baixas, ou sem tantos recursos, teve maiores possibilidades de poder amar pessoas de sua condição social, uma vez que o amor, ou expressão da sexualidade, caso levasse a uma união, não comprometeria as pressões de interesses políticos e econômicos. As mulheres de mais posses sofreram com a vigilância e passaram por constrangimentos em suas uniões, de forma autoritária ou adoçada, na sua vida pessoal. Para elas o amor talvez tenha sido um alimento do espírito e muito menos uma prática existencial. (PRIORE(org.) 2012. p.234).

Como a mulher era garantia de alianças vantajosas entre as famílias abastadas era comum que fosse extremamente vigiada em sua meninice, mesmo porque a virgindade era requisito indispensável para selar o contrato matrimonial. A mulher burguesa do século XIX, exercia o papel de anfitriã elegante, respeitosa dos costumes e regras e vigilante dos costumes morais e convenções sociais.

Já as mulheres das classes pobres ou menos abastadas estavam menos vigiadas pelos familiares, porém o Estado e a elite, com o desejo de transformar as metrópoles aos moldes parisienses, começam a se preocupar com a higiene e saúde nos centros e transformam a mulher da periferia em aliadas para manter a ordem e a limpeza, porque estas eram as chefes de suas famílias. Embora vivessem desprotegidas pelo Estado, esquecidas da elite para outras situações sociais, eram frequentemente exploradas e ultrajadas.

A vida familiar destinava-se, especialmente, às mulhere das camadas mais elevadas da sociedade, para as quais se fomentavam as aspirações de casamento e filhos, cabendo-lhes desempenhar um papel tradicional e restrito. Quanto àquelas dos segmentos mais baixos, mestiças, negras e mesmo brancas, viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual.(PRIORE (org).2012.pag.368).

A mulher pobre não se sujeitava ao poder autoritário de seu companheiro, o que fazia com que frequentemente fosse alvo de violências, pois o

homem inseguro, sem condições de manter família, sem poder irrestrito à sua companheira, usava de força física e poder para tentar subjugar-la. Com toda essa configuração não raro eram as mulheres jovens que se tornavam amantes de homens casados de condição social melhor que à sua, ou que se submetiam à proteção de um cafetão e prostituíam-se para obtenção de dinheiro. Mesmo assim, são consideradas mais livres e autônomas na condução de seus destinos, pelos estudiosos, se comparadas às mulheres das classes sociais mais abastadas.

### 3.3 A MULHER CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA

A consolidação das leis que garantem o direito de todos os seres humanos especialmente aqueles que mais sofrem com discriminações de toda espécie, como é o caso das mulheres, é uma das melhores conquistas dos séculos XX e XXI. No entanto, as leis estão lindamente escritas e organizadas, mas o acatamento, cumprimento e prática social dessas mesmas leis ainda são um desafio a ser conquistado por toda a sociedade.

Faz tão pouco tempo que as principais conquistas ocorreram no Brasil, a saber, em ordem cronológica:

- 1932 – direito ao Voto Feminino;
- 1962 – direito da mulher casada ao trabalho formal;
- 1977 – possibilidade da dissolução do casamento através do divórcio;
- 1988 – igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres, à licença maternidade, à proteção no mercado de trabalho, à proibição da diferença de salário, o reconhecimento da união estável, planejamento familiar com apoio do Estado, à coibição da violência contra a mulher, entre outras conquistas.
- 1991 – consolidação das leis trabalhistas para as mulheres;
- 1997 – determinação de 30% de vagas para cargos políticos para as mulheres;
- 2006 - Lei Maria da Penha – proibição e combate de qualquer forma de violência contra a mulher;
- 2013 – obrigação de planos de saúde oferecerem tratamento específico para a mulher;
- 2013 - direito trabalhistas para as(os) empregadas(os) domésticas(os);
- Incentivos de linhas de crédito e seguros voltados para a mulher, em especial, pois atualmente, a mulher é responsável por 80% da decisão de compra.

Com tantas conquistas nos últimos dois séculos, no entanto, a mulher ainda sofre com a discriminação declarada ou velada; a violência está crescente e as mulheres ainda são julgadas por suas escolhas pessoais, vestimentas e condutas sociais.

A ética emancipatória dos direitos humanos demanda transformação social, a fim de que as mulheres possam exercer suas potencialidades de forma livre, autônoma e plena, sem violência e discriminação. Para encerrar, reitere-se o legado de Viena: os direitos humanos das mulheres são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. Não há direitos humanos sem a plena observância dos direitos das mulheres, ou seja, não há direitos humanos sem que metade da população mundial exerça, em igualdade de condições, os direitos mais fundamentais. (PIOVESAN. 2011.pag.87)

Ao estudar-se a trajetória feminina no Brasil, constata-se facilmente que a base de nossa sociedade e cultura está fundamentada, principalmente no patriarcado, e depois com a ascensão da burguesia e fortalecimento do capitalismo, centralizou-se o poder na figura do homem (machismo).

Os direitos sociais lhes eram negados: como prática usual, até o final dos anos 60 do século XX, após se casarem as mulheres ficavam na dependência dos maridos, os quais passavam a exercer controle e poder sobre suas vidas. No trabalho, mesmo exercendo as mesmas funções que os homens, os salários eram inferiores e não tinham acesso a cargos gerenciais. A própria sexualidade, era ponto de discriminação, o tratamento da sociedade era desigual em relação aos homens onde as escolhas eram de sua vontade. (BACELLAR (org).2014.pag.156).

É preciso ressaltar que a educação familiar (informal), sempre esteve aos cuidados das mulheres, principalmente nas classes mais abastadas, então faz-se necessário entender que a grande maioria das mulheres é culturalmente machista e repassam tais concepções para seus filhos e filhas. Temos assim, uma dicotomia social: uma parte das mulheres e da sociedade almejam dignidade, emancipação e maior empoderamento feminino; outra parte ainda repassa e perpetua a cultura machista a que foram submetidas. Assim, a mulher contemporânea caminha em meio a maiores e melhores conquistas, porém, a passos lentos na consolidação dessas mesmas conquistas.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empoderamento feminino envolve a participação das mulheres no direcionamento adequado de suas vidas perante política, sociedade, economia, etc e é sabido, que há uma luta muito grande para apropriação desse empoderamento por parte das brasileiras, principalmente, das classes sociais menos favorecidas. É nesse aspecto, justamente que a obra em questão – Senhora torna-se marcante, pois foi publicada em 1875 e passa pela inserção de diversos contextos: político, humano, social, comportamental, etc, em uma época que retrata, na literatura (romântica), a mulher idealizada, formosa, verdadeiro objeto de decoração. Por isso, as práticas discursivas adotadas pelo autor, bem como a realidade apresentada mesmo dentro de um fato fictício, estabelece a obra como de vital importância. Curioso notar que no pré-âmbulo, o autor estabelece como sendo real a narrativa apresentada e não pertencente a ele. Neste ambiente social, a obra apresenta determinados conflitos que determinam a conduta adotada pelos personagens, assim, tudo ocorre em acontecimentos encadeados, desde o mais simples até o desenvolvimento das ações e finalização romântica, absolutamente tudo está relacionado com o pensamento dominante na época, menos o empoderamento feminino evidenciado e “encarnado” na personalidade marcante e paradoxal de Aurélia. Assim,

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados.(...) BAKHTIN.1992.pág.41)

O autor tem o papel relevante de gerenciar os conflitos, mediando-os através da exposição de seus pensamentos, muito embora, seja narrador onisciente. É através de seus valores apresentados e emprestados à voz de Aurélia que descobrimos o convívio humano e os reflexos da sociedade de época.

Uma relação impregnada da tensão peculiar a uma exotopia – no espaço, no tempo, nos valores – que permite juntar por inteiro um herói que, internamente, está disseminado e disperso no mundo do pré-dado da cognição e no acontecimento aberto do ato ético; que permite juntar o próprio herói e sua vida e completá-lo até torná-lo um todo graças a o que lhe é inacessível, a saber, a sua própria imagem externa completa.(BAKHTIN.1995.pag.34)

É nesse mesmo papel que podemos acompanhar a luta pela emancipação feminina, nesta obra, em especial, bem como em infinitas outras obras literárias. Quando a palavra é empoderamento feminino no século XIX, o escritor é sempre lembrado com a obra *Senhora*. Citado em inúmeros estudos sobre o assunto, destaco alguns de suma importância: o autor é citado como grande defensor das ideias de emancipação feminina pela pesquisadora Muriel Nazzari em sua obra *O Desaparecimento do Dote – Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*, Companhia das Letras. Nesta obra, Nazzari coloca Aurélia como a heroína e anti-heroína, afirmando que o próprio título do livro *Senhora* estabelece um jogo de palavras “mulher casada ou dona-de-casa, e possuidora de bens” e que

Alencar fornecia dois argumentos contra o dote: um deles dirigido às mulheres, indagando se elas queriam ser amadas por si mesmas ou por seu dote; o outro, aos homens, sugerindo que não tinham dignidade se se vendiam por um dote. (NAZZARI.1991.pag.252).

Outra importante obra a citar José de Alencar e *Senhora* é *História das Mulheres no Brasil* (organização) de Mary Del Priore, Editora Contexto, no capítulo *Mulher e Família Burguesa* de Maria Ângela D’Incao, a autora faz importante menção sobre o “caráter moral e perdido” de Seixas e a “vitória” de Aurélia que venceu por amor, ao sistema econômico de sua época. Aurélia demonstrou seu amor também em detalhes, pois numa época em que já não se fazia do enxoval parte do dote, ela decorou o quarto de Seixas e montou seu enxoval pessoal cuidando dos mínimos detalhes, o que ofendeu ainda mais o orgulho já ferido do rapaz. Ler e acompanhar a trajetória de amor e vingança/vingança e amor de Aurélia, é debruçar-se sobre uma janela histórica, compreender o contexto de época e voltar modificado da leitura. Engana-se quem pensa que o romantismo de Alencar é apenas “uma leitura morna e adocicada”. Não mesmo. O romantismo de Alencar em *Senhora* é um convite ao conhecimento e força da mulher brasileira, daquele e deste tempo.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José M. de. **Senhora**. Porto Alegre: L&M Editores, 1997.
- ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. São Paulo: Florense, 1999.
- BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Questões de Estética e de Literatura**. A teoria do Romance. 2 ed. São Paulo: UNESP, 1990.
- BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho Doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado**. São Paulo: Edusc, 2008.
- ERNLUND, Daniela B; MARTINS, Graciela I. (org). **A Proteção à Mulher no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. Coleção Comissões, v.11. Curitiba: OAB/PR, 2014.
- ESTÉS, Clarissa P. **Mulheres que Correm com Lobos**: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem. Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto de. (org). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.
- LUZ, Nanci Stancki; CARVALHO, Marília Gomes; CASAGRANDE, Lindamir S.(org). **Construindo a Igualdade na Diversidade**. Curitiba: UTFPR, 2009.
- NAZZARI, Muriel. **O Desaparecimento do Dote**: Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PRIORI, Mary del. (org). **História das Mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012.